



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2014/00125

Brasília, 18 de dezembro de 2014.

Objetivo da reunião: Implantação do PJe na Justiça Federal

Horário e local: 14h30 - Videoconferência

Assunto: Implantação de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Lúcio Melre da Silva	SECRETÁRIO	STI
Misael Guerra Pessoa de Andrade	ASSESSOR B	ASTEC - SE
Juiz Federal Paulo Sérgio Domingues (psdoming@trf3.jus.br)	Coordenador do Comitê Gestor do PJe na JF	SJSP
Ricardo Antônio Câmara da Silva (racsilva@trf3.jus.br)	Subcomissão de Desenvolvimento de TI	TRF3
Valdyr Jeronymo (vjeronym@trf3.jus.br)	Diretor da Secretaria Judiciária	TRF3
Yuri Oliveira de Andrade Freitas (Yuri@trf1.jus.br)	Gerente do Projeto PJe	TRF1
Marcos Barbosa Andrade (marcos.barbosa@trf1.jus.br)	Diretor da Secretaria de TI	TRF1
David Panessa Baccelli (ainf@trf3.jus.br)	Assessor	TRF3
Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Comitê Gestor	TRF1
Ednaldo da Silva Ferreira	Subcomissão de Parametrização	
Juiz Federal Paulo Paim da Silva (paulosilva@trf4.jus.br)	Comitê Gestor	TRF4

Pauta

- 1. Proposta de melhoria das regras de negócio para verificação de processos preventos**

Sobre o relatório apresentado pela Subcomissão de Parametrização no sentido de alterar as regras de negócio de verificação de processos preventos, especificamente em relação às classes recursais de competência dos órgãos de segundo grau de jurisdição, o TRF3 ficou designado na última reunião para apresentar sugestões de melhoria do relatório antes do envio ao CNJ, além de agregar funcionalidades solicitadas pela OAB na última reunião de modo que o advogado também tenha acesso às informações sobre prevenção no painel do advogado. O TRF3 informou que enviou o relatório por e-mail, porém os representantes do CJF e do TRF1 informaram que não receberam o relatório. Porém, o TRF3 informa que opinou por manter o relatório sem alteração, conforme elaborado pela Subcomissão. O CJF sugeriu que o relatório fosse enviado novamente para poderem analisar e discutir o conteúdo na próxima reunião, o TRF3 se comprometeu de enviar novamente o relatório.

2. Demandas impeditivas pendentes de implantação

O TRF3 chamou atenção para a conclusão do desenvolvimento das demandas impeditivas para implantação do Sistema no TRF3, bem como para expansão da implantação na 1ª Região. Foi deliberado que a Subcomissão de Parametrização irá realizar o levantamento das pendências para viabilizar o acompanhamento do desenvolvimento junto ao CNJ. Melre informou que participou de uma reunião do Comitê Gestor Nacional do Pje, onde foi noticiado que a prioridade da equipe de desenvolvimento do Pje é a construção do módulo Procuradoria (Defensoria/Advocacia). Assim, considera importante que o Comitê Gestor da Justiça Federal verifique com o Comitê Gestor Nacional como as demandas do TRF 3 serão tratadas.

3. Resultados sobre a implantação do PJe no TRF1

Dr. Marcelo Albernaz informou que na primeira semana de implantação o sistema apresentou indisponibilidade, como já era esperado, por se tratar de um sistema novo. Informou, também, que o TRF1 publicou uma Resolução mais abrangente para regulamentar o uso do sistema, entretanto, está sendo trabalhada a edição de uma portaria que irá detalhar a regulamentação do funcionamento do PJe no âmbito da 1ª Região. O Marcos Barbosa informou que houve lentidão com a rolagem única do processo, foi solicitado apoio ao CNJ e hoje o sistema está funcional. TRF1 informou que já existem 236 processos autuados no 1º grau e 10 no 2º grau. Informou que a avaliação das equipes envolvidas na implantação do PJe foi muito positiva e representa uma experiência de sucesso se comparada a outras implantações de sistemas na 1ª Região. A avaliação dos órgãos externos usuários do PJe também foi muito positiva. Dr. Paulo solicitou que fosse enviado um relatório de implantação, a Resolução e a Portaria quando finalizada. O Dr. Marcelo Albernaz irá encaminhar os documentos e salientou que a experiência da 1ª Região serve de lição aprendida para outros tribunais que ainda irão implantar o PJe. Marcos Barbosa solicitou acesso ao sistema de chamados de suporte do PJe do CNJ "JIRA". Melre informou que para erros no sistema o Tribunal poderá enviar a solicitação direto para o CNJ e as demandas de evolução tem que ser encaminhadas para a Subcomissão de Parametrização analisar e solicitar a demanda ao CNJ. O TRF4 perguntou que área do TRF1 é responsável pelo apoio ao usuário do PJe. O TRF1 informou que o primeiro apoio é dado pelos facilitadores que foram designados, sendo 2 em cada vara ou gabinete. Cada órgão, TRF ou Seção Judiciária, tem um núcleo local da área de negócio do PJe, além do Núcleo do PJe no TRF. Caso não seja resolvida, a demanda é enviada para a TI da Seção Judiciária com o apoio e atuação necessários da área de TI do Tribunal. Foi informado pelo TRF1 que a OAB está prestando o apoio aos advogados, inclusive com treinamentos. O Marcos Barbosa salientou que a implantação do PJe no TRF foi tranquila, principalmente em função do apoio recebido do CNJ, CJF e TRF5 e também em função das equipes que foram formadas para implantação do sistema como a equipe da área do núcleo de negócio, a área de TI, da Comunicação etc.

Marcos Barbosa informou que irá disponibilizar, em breve, um resumo do material de comunicação. TRF1 informou que está planejando para 2015 a expansão do PJe de forma descentralizada para as seções judiciárias. Dr. Paulo parabenizou a todos pelo sucesso na implantação do PJe no TRF1 e agradeceu o apoio do CJF.

4. Outros assuntos

Melre informou que foi designado pelo Comitê Gestor Nacional para coordenar um grupo de trabalho que estudará alternativas para o módulo de emissão de relatórios / gestão do Sistema Pje. Informou, também, que atuará como representante da Justiça Federal e que todas as tratativas que forem realizadas serão submetidas aos colegas da Justiça Federal. David informou que o TRF 3 utiliza uma ferramenta para extração de relatórios e se colocou à disposição para auxiliar. Yuri informou que o TRF 1 também utiliza uma solução para emissão de relatórios e se propôs a auxiliar o trabalho do subgrupo. Valdir informou que fez um pedido de atualização da base de dados ao Leonardo e que não obteve resposta. A próxima reunião será no dia 05/02/2015, às 14h30, por meio de videoconferência.

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	Verificar se foram contempladas as solicitações da OAB de análise da prevenção	TRF3	05/02/2015
1.2	Encaminhar propostas de alteração do relatório por email	TRF3	15/01/2014
2.1	Realizar levantamento das demandas impeditivas pendentes de desenvolvimento no CNJ	Subcomissão de Parametrização	20/12/2014
2.2	Realizar reunião com a Subcomissão de Parametrização para levantamento das pendências e planejamento de ações	Misael e Leonardo	20/12/2014
3.1	Enviar cópia da resolução e minuta de portaria que regulamentou o PJe ao TRF3	TRF1	20/01/2015
4.1	Agendar próxima reunião para o dia 05/02/2015	SDI	05/02/2015

IVAN GOMES BONIFÁCIO

SECRETÁRIO

SDI - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

<i>Classif. documental</i>	40.07.01.01
----------------------------	-------------